

ECONOMISTA DO PT QUER MAIS EMPREGOS E MENOS IMPOSTOS

ENTREVISTA

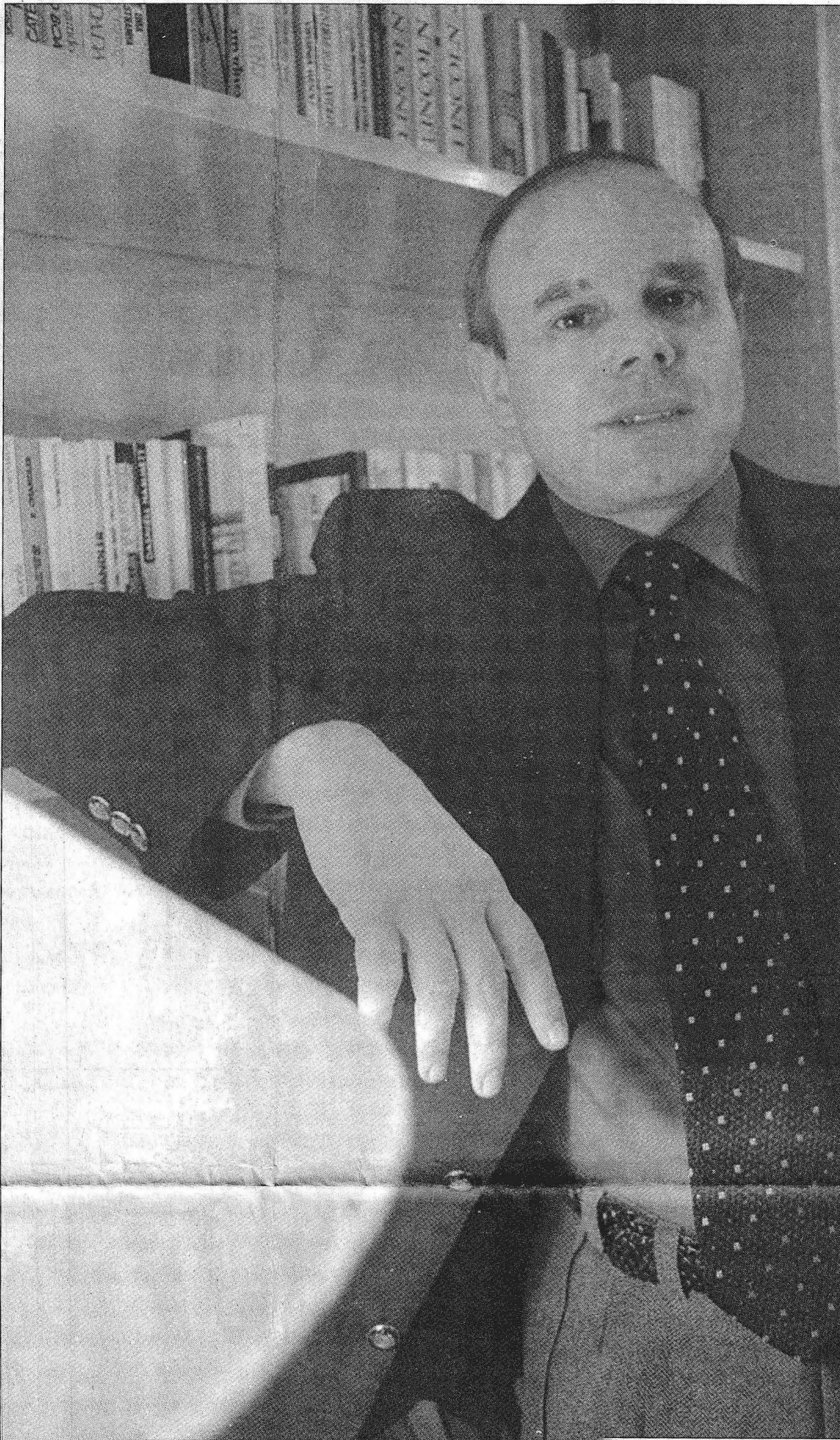
a Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

Guido Mantega

Guido Mantega é o principal assessor econômico do pré-candidato do PT ao Palácio do Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva. Aos 49 anos, pai de dois filhos, um dos fundadores do partido e professor de Economia Brasileira na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV), Mantega quer afastar a imagem de que o partido prega o retrocesso e a instabilidade econômica. Com um programa econômico em elaboração que pretende priorizar o ataque ao desemprego e enxugamento da estrutura fiscal do país, que ele considerada muito complexa, Mantega garante que um possível governo do PT estaria disposto a receber capital estrangeiro para investimentos no país. Já o capital especulativo não seria muito bem recebido. “Mas também não criaremos barreiras”, diz. Segundo Mantega, o pequeno e médio empresário teria mais acesso a empréstimos públicos a taxas e prazos de pagamento semelhantes aos concedidos por bancos a companhias estrangeiras no exterior. As prioridades do governo Lula, diz o economista, deverão se concentrar nos problemas sociais do país, especialmente nas áreas de educação e saúde. A reforma agrária, promete Mantega, avançará muito. Ele estima que empréstimos de R\$ 1 mil a microprodutores serão capazes de criar em menos de um ano três milhões de empregos no campo. Se vencer as eleições, já está decidido que Lula mandará suspender as privatizações em curso e realizará auditorias para apurar supostas falcatruas na venda recente de estatais. “Este será um governo democrático, onde o povo participará inclusive na formulação do orçamento federal”, promete o professor da FGV. Em entrevista ao Correio.

Braziliense, o economista Guido Mantega defende maior estímulo a setores pouco privilegiados da economia nacional, como o turismo. “O Brasil investe pouco em turismo e isso faz parte da política industrial.”

Fotos: Marcos Fernandes



“Oscilações no mercado não são provocadas pela subida de Lula nas pesquisas. É terrorismo dizer que Lula afugentará os investidores”

Correio Brasileiro — Qual é o nível mínimo de crescimento que o país precisa?

Guido Mantega — Queremos um crescimento de pelo menos 6% ao ano, com distribuição de renda, que gere 1,5 milhão de empregos a cada 12 meses. Defendemos o desenvolvimento do país com justiça social, sem inflação. Vamos aumentar a oferta doméstica. O Plano Real se baseou no atendimento da demanda a partir das importações, com base numa poupança externa. É preciso expandir a poupança interna, os investimentos, e também a oferta de bens.

Correio — Quais são os pontos fracos do programa econômico do atual governo?

Mantega — O modelo de FHC estrangulou a oferta doméstica e usou a produção externa para atender uma bolha de demanda. A década de 90 no Brasil será perdida, em termos de crescimento, inclusive devido à recessão do governo Collor. Será o período de pior desempenho em todo o século. Computando a taxa de crescimento *per capita* do Brasil de 1900 até agora, a década de 90 vem apresentando menor expansão da renda *per capita*, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A média anual de expansão da renda entre 1990 a 1998 foi de 0,63% ao ano. Nos anos 80, chamados de década perdida, o aumento foi de 0,96%.

Correio — Como o governo Lula tratará o capital estrangeiro?

Mantega — Não vamos diminuir a poupança externa, mas mudar sua qualidade. Não haverá barreiras para evitar a entrada de capitais especulativos. Mas iremos desestimular sua entrada. Queremos o capital que gera investimentos. Baixar os os juros é essencial para

afastar o aplicador que vem atrás do lucro fácil. Com juros menores, os especuladores não ficarão interessados na compra de títulos públicos. Queremos investimentos em fábricas, serviços, agricultura, áreas que demandam milhões de empregos. Temos um mercado maior que a soma das economias argentina, peruana, chilena e mexicana. A poupança interna do Brasil é de 17,8% do PIB, mas quatro pontos percentuais vêm de capital estrangeiro. O Estado não vem gerando poupança. Neste ano, gastará 2% do PIB além da receita, sem incluir juros. Precisamos poupar de 22% e 25% do produto interno.

Correio — Como ficará a política cambial? O senhor já declarou que é favorável a desvalorizações maiores aos atuais 0,6% ao mês, que chegariam a 1% ao mês.

Mantega — As mudanças precisam de um período de transição. Se é um ano ou pouco mais, não sei. As conjunturas mudam. Não depende apenas do cenário interno, mas também do que está ocorrendo no exterior. Nos próximos anos, pode aumentar muito a quantidade de dinheiro internacional em busca de investimentos. Também pode ocorrer o contrário. Em dois anos, há fortes chances de ocorrer uma expansão da economia mundial, especialmente na Europa e no Japão.

Correio — Depois do segundo ano de um possível governo Lula, o senhor defende que o real passe a se alinhar a uma cesta de moedas formada basicamente pelo dólar, iene e euro, a moeda da comunidade européia. O dólar deixaria de ser nosso padrão monetário em quatro anos?

Mantega — Sim. A mudança equili-

braria a relação do real com moedas que representam os principais mercados vinculados ao Brasil. O ideal é tornar o real menos suscetível às oscilações do dólar. Os Estados Unidos não compram mais de 25% de nossas exportações. A Europa absorve parcela semelhante. A outra metade das vendas são destinadas basicamente ao Mercosul, Ásia e África.

Correio — O governo Lula pretende cortar os juros reais em pouco tempo? Dá para diminuir-los dos 21,25% anuais para 8,5% ou 9% após um ano de mandato?

Mantega — Acho que sim. É preciso acomodar primeiro o câmbio, que segura a taxa de juros de 6 a 7 pontos percentuais. É discutível manter o imposto de renda sobre as aplicações. A cunha fiscal poderia ser transferida para outro tributo. É uma receita burra: o governo toma numa ponta e gasta na outra, pois é o grande pagador de juros. Eu gostaria de fazer isso com uma reforma fiscal.

Correio — O que os senhores defendem na reforma fiscal?

Mantega — É preciso simplificar a estrutura fiscal que é complexa e foi feita com uma contínua adição de tributos. O Estado quando precisa de mais dinheiro cria impostos, como a CPMF. Ele promovia uma estrutura ruim de tributos em cascata. O que surgiu disso vem punindo mais a produção do que os especuladores. É preciso penalizar menos a classe média e pegar outros segmentos, como os donos de grandes fortunas. O governo tem uma proposta, que nunca é apresentada de fato, que é o IVA, um imposto que seria arrecadado pela União e substituiria o IPI, ISS e ICMS administrados por estados e municípios. Mas ninguém acredita que os recursos serão distribuídos de maneira equitativa pelo Executivo mais tarde. O governo já avançou na centralização, ao criar o Fundo de Estabilização Fiscal, o FEF, que

diminuiu a autonomia dos estados.

Correio — Como o governo do PT pretende estender a mão aos empresários?

Mantega — O PT é amigo da produção, do emprego. Política industrial tem que criar condições para que as empresas nacionais possam competir com as concorrentes estrangeiras. A taxa cambial precisa ser competitiva, não sei exatamente de quanto. Isso tem que ser feito na sintonia fina. A melhor taxa cambial é a que permite o equilíbrio na balança comercial.

Correio — Os déficits externos serão corrigidos até o final do governo Lula?

Mantega — A balança comercial deveria ter superavit porque sempre haverá um déficit crônico de serviços. Há problemas com remessas de juros, fretes, viagens de brasileiros ao exterior. Não é só a taxa cambial que determina o desempenho das exportações. Os empresários nacionais precisam ter acesso a linhas de crédito semelhantes às obtidas por empresas do exterior. Os empréstimos terão que ter longo prazo de vencimento. Não vamos esquecer do suporte comercial ao exportador, como ajuda do governo nas vendas internacionais. Falta harmonia da política comercial, mais agressividade e competência da negociação brasileira no exterior.

Correio — Quando poderemos ter superavit comercial?

Mantega — É razoável passar do déficit de US\$ 8 bilhões do ano passado para uma meta de mais de US\$ 10 bilhões de superavit no final de 2002. É importante que esse valor neutralize o déficit de serviços, embora ele também possa ser diminuído. Os turistas brasileiros no exterior gastaram no ano passado R\$ 6,5 bilhões. Neste ano o déficit comercial deve chegar a esse número. O Brasil investe muito pouco em turismo, e isso faz parte da política industrial. É preciso atrair o estrangeiro para cá. Investir no turismo, além de trazer divisas e estancar o desequilíbrio externo, cria muitos empregos. Pode orientar jovens sem perspectiva no mercado de trabalho para essa área, o que ocorre na França, por exemplo. Contudo, precisamos ter infra-estrutura adequada, especialmente na rede hoteleira, estradas, aeroportos e etc.

Correio — Qual é a política industrial que o PT defende?

Mantega — A política industrial deve abranger os setores de tecnologia de ponta e pequenas e médias empresas. A tecnologia é importante porque melhora a competitividade das companhias, ao mesmo tempo que aumenta o valor agregado dos produtos. A pequena e média empresa gera muito emprego e são mais ágeis do que os grandes grupos. Na Itália, de 1990 para cá, um dos setores que mais cresceu e colaborou muito no superavit comercial foi a pequena e média empresa do norte do país, especialmente as firmas dos setores têxtil, mobiliário, metal-mecânico e de sapatos.

Correio — Como será medida a eficiência das empresas auxiliadas?

Mantega — Todo o setor terá que atingir metas, inclusive para a exportação de seus produtos. As empresas provarão que são competitivas no mercado internacional. Isso não foi exigido nos planos industriais dos militares, pois promoviam um protecionismo absurdo. Na época, as companhias não precisavam fazer nenhum esforço para ter lucro. O governo FHC, por outro lado, colocou a empresa brasileira de joelhos em relação às concorrentes. A grande companhia tem boas condições, pois tem acesso à taxas globalizadas de financiamento.

Correio — O país passará a ser um forte exportador?

Mantega — Não digo que o Brasil deva se transformar num modelo exportador. Mas entendo que as vendas de produtos nacionais poderiam ocupar um espaço maior que o mísero 1% que o país representa no comércio internacional. Dá para chegar a 1,5%.

Correio — Antes das eleições há perspectiva de fuga de capitais especulativos?

Mantega — Devem deixar o país perto de US\$ 15 bilhões devido às eleições, o que reduzirá em valor semelhante o total de reservas cambiais. Isso não será provocado por Lula. Se FHC tivesse 99,9% das intenções de votos, os investidores deixariam o país do mesmo jeito, como ocorreu recentemente nas eleições presidenciais da Coreia. Oscilações no mercado financeiro, como quedas das bolsas de valores, não são provocadas pela subida de Lula nas pesquisas de opinião. É terrorismo dizer que Lula afugentará os investidores.